

# Economia não muda até junho, prevê comércio

A partir de uma série de premissas, documento divulgado ontem pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, conclui que ao menos durante o primeiro semestre de 1982 a política econômica brasileira, "em sua essência", não deverá sofrer grandes desvios em relação aos procedimentos adotados durante 1981, "fundamentando-se no estímulo à captação dos recursos necessários à cobertura das contas do balanço de pagamentos e no controle sobre a expansão monetária".

De acordo com a ótica governamental — assinala o documento — a inflação em 1982 deverá situar-se entre 70 e 80%, enquanto a correção monetária deverá ser de apenas 65% e a correção cambial de 70%. A Federação do Comércio, por sua vez, prevê inflação entre 75 e 80%, correção monetária de 65 a 70% e desvalorização cambial de 70 a 75%.

O crescimento do PIB em 1982 seria de 3%, segundo a Federação. Outro documento, divulgado pela Ordem dos Economistas, prevê inflação de 75 a 80% e saldo da balança comercial de US\$ 3 bilhões, ao contrário da Federação, que espera saldo de US\$ 2,5 bilhões.

Toda e qualquer projeção sobre a "performance" do País em 1982 — diz o documento da Federação do Comércio do Estado de São Paulo — requer que sejam consideradas de forma cuidadosa todas as tendências em torno do quadro econômico mundial no próximo ano.

## RECESSÃO

"O panorama internacional — em função dos dados e informações disponíveis — parece evidenciar a continuidade do processo recessivo que vem caracterizando tanto as economias do mundo industrializado como as dos países em desenvolvimento", acentua o documento.

Parece claro — prossegue o documento — que esses países continuarão concentrando seus esforços nas duas variáveis de maior significado para seu desempenho econômico: a inflação e os déficits em suas contas externas. Essa política pressupõe maior protecionismo, o que deverá dificultar o incremento das exportações, principalmente dos países do Terceiro Mundo.

Ao mesmo tempo, segundo a Federação, a demanda por crédito no mercado internacional deverá ser menor, for-

çando para baixo as taxas de juros para os tomadores de recursos financeiros, "ao menos enquanto persistir o caráter contencionista, o que parece ser inevitável durante o primeiro semestre de 1982". Na hipótese de uma retomada expansionista, o provável favorecimento das exportações terá como contrapartida a elevação das taxas de juros internacionais. Dessa forma, as economias em desenvolvimento devem se ater às tendências mundiais para o segundo semestre, acentua o documento.

## DÍVIDA EXTERNA

Os elevados encargos com a dívida externa deverão continuar a ser o principal foco de atenções da política econômica em 1982 — salienta o documento — uma vez que no próximo ano o País deverá pagar cerca de US\$ 18,5 bilhões entre juros e amortizações da dívida, ou seja, cerca de 15% a mais do que pagou este ano.

Isso significa — diz o documento — a manutenção de uma política voltada para a captação dos recursos externos necessários ao pagamento de tal montante, o que em outras palavras traduz-se pela continuidade de altas taxas de juros internos, "caso se opte pela manutenção do mecanismo de estímulo vigente".

"O que poderá alterar-se, propiciando melhores condições de crescimento em relação a este ano, é a intensidade e racionalização no controle dos gastos públicos, caso haja intensificação de investimentos em projetos de grande capacidade de absorção de mão-de-obra, e de participação da iniciativa privada", assinala a entidade do comércio.

"Além disso, caso a eficácia no controle da expansão monetária se consolide, os resultados em termos de redução do ritmo inflacionário certamente possibilitarão melhores condições para administração dos ajustes, sem os grandes traumas observados em 1981", acrescenta.

"Dentro desse quadro, o comércio deve adaptar-se às circunstâncias, o que significa atuar com grande cautela na questão dos negócios, adotando, inclusive, política de estoques coerente com os custos financeiros e com o comportamento do mercado", ressalta o documento. Para a Federação, é impossível no momento fazer uma projeção para as vendas em 1982, "pois é impossível avaliar certos condicionantes, tais como o nível de emprego que, pela situação atual, faz pressupor sérios efeitos sociais".

## FATURAMENTO REAL

Variação percentual do faturamento Real acumulado	Jan-Dez/81(*) Jan-Dez/80	Jan-Dez/80 Jan-Dez/79	Jan-Dez/81(*) Jan-Dez/79
Supermercados	1,71	-1,70	-0,02
Drogarias e perfumarias	-16,16	-4,41	-19,86
Vestuário	-9,18	-10,31	-18,54
Tecidos	-1,12	-9,78	-10,79
Calçados	3,57	-21,25	25,59
Total do setor de bens de consumo imediato e semi-duráveis	-3,33	-3,84	-7,04
Lojas de departamento	-15,21	7,84	-8,57
Lojas de utilidades domésticas	-29,17	-5,85	-33,32
Concessionárias de veículos	-37,79	1,60	-36,80
Materiais de construção	-15,56	7,84	-8,94
Móveis e decorações	-30,41	-16,36	-41,80
Cine-foto-som e ópticas	-23,73	-4,90	-27,47
Total do setor de bens de consumo duráveis	-27,06	2,27	-25,40
comércio global	-19,67	0,29	-19,44

(\*) Estimativas baseadas nas séries históricas.

Fonte: Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo